

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, por meio de participação compartilhada na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”), que opera rede de drogarias no Brasil através da marca Extrafarma, com objetivo de atuar no segmento de atacado e varejo farmacêutico. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 31 – Evento subsequente). Para maiores detalhes desta operação, vide Fato Relevante de 30 de setembro de 2013, Fato Relevante de 19 de dezembro de 2013 e Comunicado ao Mercado de 31 de janeiro de 2014.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o BR GAAP. Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que para fins de IFRS seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

As receitas de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme o *International Accounting Standards* (“IAS”) 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- *Hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parte do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e da marca “*am/pm*”, a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados ativos intangíveis com vida útil indefinida.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j).

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 38.076 de ganho cambial (R\$ 12.621 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 4.426 de perda cambial em 1 de janeiro de 2012).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxitenos México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxitenos Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxitenos Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

Conforme IAS 29, a Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxitenos Andina, C.A. (“Oxitenos Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

A controlada Oxitenos Uruguay S.A. (“Oxitenos Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano, considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2013 totalizou R\$ 4.845 (ganho de R\$ 2.347 em 2012).

s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 5 e 22), determinação da provisão para perda em estoques (nota explicativa nº 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 354 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 747 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 3.007 em 1 de janeiro de 2012).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

w. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1 de janeiro de 2013 e alteraram as demonstrações financeiras anteriormente divulgadas pela Sociedade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

- (1) adoção do IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – “Negócios em conjunto”: os investimentos na RPR, Maxfácil Participações S.A. (“Maxfácil”), União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”) e ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) deixaram de ser consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.
- (2) alteração ao IAS 19 Revisado (CPC 33(R2)) – “Benefícios a empregados”: os ganhos e perdas atuariais deixaram de ser reconhecidos no resultado e passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Os custos dos serviços passados na data da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido em lucros acumulados. A partir da adoção inicial do IAS 19 revisado, os custos dos serviços passados serão reconhecidos no resultado quando apurados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Nas tabelas abaixo são demonstrados os efeitos da adoção dessas normas nos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012 e na demonstração de resultado e demonstração dos fluxos de caixa consolidados de 31 de dezembro de 2012:

Balanco patrimonial

	31/12/2012 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	31/12/2012 reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.050.051	(28.937)	-	2.021.114
Aplicações financeiras	962.136	(952)	-	961.184
Contas a receber de clientes, líquidas	2.306.798	(277)	-	2.306.521
Estoques, líquido	1.299.807	(9.113)	-	1.290.694
Impostos a recuperar, líquido	483.201	(5.242)	-	477.959
Dividendos a receber	-	1.292	-	1.292
Demais contas a receber	20.541	(78)	-	20.463
Despesas antecipadas, líquidas	54.036	(225)	-	53.811
Total do ativo circulante	7.176.570	(43.532)	-	7.133.038
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.190	(834)	4.975	469.331
Depósitos judiciais	534.009	(280)	-	533.729
Despesas antecipadas, líquidas	80.856	(1.204)	-	79.652
Investimentos - empreendimentos controlados em conjunto	-	28.209	-	28.209
Imobilizado, líquido	4.701.406	(34.386)	-	4.667.020
Intangível, líquido	1.968.615	(3.319)	-	1.965.296
Outros ativos não circulante	373.279	-	-	373.279
Total do ativo não circulante	8.123.355	(11.814)	4.975	8.116.516
Total do ativo	15.299.925	(55.346)	4.975	15.249.554
Passivo circulante				
Financiamentos	1.573.463	(432)	-	1.573.031
Debêntures	65.663	(12.713)	-	52.950
Fornecedores	1.312.268	(14.533)	-	1.297.735
Salários e encargos	254.566	(2.040)	-	252.526
Obrigações tributárias	107.822	(149)	-	107.673
Dividendos propostos a pagar	222.370	(19)	-	222.351
Imposto de renda e contribuição social a pagar	75.363	(128)	-	75.235
Benefícios pós-emprego	11.624	(1.589)	-	10.035
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	50.052	(538)	-	49.514
Demais contas a pagar	52.514	3.939	-	56.453
Outros passivos circulante	23.747	-	-	23.747
Total do passivo circulante	3.749.452	(28.202)	-	3.721.250
Passivo não circulante				
Financiamentos	3.153.096	(1.407)	-	3.151.689
Debêntures	1.403.571	(8.302)	-	1.395.269
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	551.606	(643)	-	550.963
Benefícios pós-emprego	120.619	(16.792)	14.633	118.460
Outros passivos não circulante	305.845	-	-	305.845
Total do passivo não circulante	5.534.737	(27.144)	14.633	5.522.226
Total do patrimônio líquido	6.015.736	-	(9.658)	6.006.078
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.299.925	(55.346)	4.975	15.249.554

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2011 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	01/01/2012 reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.790.954	(25.448)	-	1.765.506
Aplicações financeiras	916.936	(97.592)	-	819.344
Contas a receber de clientes, líquidas	2.026.417	(3.012)	-	2.023.405
Estoques, líquido	1.310.132	(6.637)	-	1.303.495
Impostos a recuperar, líquido	470.511	(3.993)	-	466.518
Demais contas a receber	20.323	(75)	-	20.248
Despesas antecipadas, líquidas	40.221	(308)	-	39.913
Total do ativo circulante	6.575.494	(137.065)	-	6.438.429
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	510.135	(4.601)	5.431	510.965
Depósitos judiciais	469.381	(196)	-	469.185
Despesas antecipadas, líquidas	69.198	(1.329)	-	67.869
Investimentos - empreendimentos controlados em conjunto	-	120.803	-	120.803
Imobilizado, líquido	4.278.931	(28.007)	-	4.250.924
Intangível, líquido	1.539.177	(45)	-	1.539.132
Outros ativos não circulante	300.423	(29)	-	300.394
Total do ativo não circulante	7.167.245	86.596	5.431	7.259.272
Total do ativo	13.742.739	(50.469)	5.431	13.697.701
Passivo circulante				
Financiamentos	1.300.326	(42)	-	1.300.284
Fornecedores	1.075.103	(8.317)	-	1.066.786
Salários e encargos	268.345	(1.125)	-	267.220
Obrigações tributárias	109.653	(445)	-	109.208
Dividendos propostos a pagar	163.802	(11)	-	163.791
Imposto de renda e contribuição social a pagar	38.620	(2.469)	-	36.151
Benefícios pós-emprego	13.282	(1.564)	-	11.718
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	41.347	(361)	-	40.986
Demais contas a pagar	55.643	(275)	-	55.368
Outros passivos circulante	1.031.655	-	-	1.031.655
Total do passivo circulante	4.097.776	(14.609)	-	4.083.167
Passivo não circulante				
Financiamentos	3.196.102	(396)	-	3.195.706
Debêntures	19.102	(19.102)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.980	(542)	-	37.438
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	512.788	(573)	-	512.215
Benefícios pós-emprego	96.751	(15.247)	15.974	97.478
Outros passivos não circulante	205.004	-	-	205.004
Total do passivo não circulante	4.067.727	(35.860)	15.974	4.047.841
Total do patrimônio líquido	5.577.236	-	(10.543)	5.566.693
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.742.739	(50.469)	5.431	13.697.701

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Demonstração do resultado

	31/12/2012 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	31/12/2012 reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	53.919.424	(50.498)	-	53.868.926
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(49.797.200)	29.063	-	(49.768.137)
Despesas com vendas e comerciais, gerais e administrativas e outros resultados operacionais	(2.416.974)	6.918	13.501	(2.396.555)
Resultado na venda de bens	3.676	(20)	-	3.656
Resultado financeiro, líquido	(262.496)	(7.827)	-	(270.323)
Imposto de renda e contribuição social	(428.756)	12.074	(4.590)	(421.272)
Equivalência patrimonial	190	10.290	-	10.480
Lucro líquido	1.017.864	-	8.911	1.026.775
Acionistas da Ultrapar	1.011.009	-	8.904	1.019.913
Acionistas não controladores de controladas	6.855	-	7	6.862

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2012 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	31/12/2012 reapresentado
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.449.866	(6.129)	-	2.443.737
Caixa líquido utilizado pelas atividades investimentos	(1.571.747)	6.747	-	(1.565.000)
Caixa líquido utilizado pelas atividades financiamentos	(618.627)	(4.107)	-	(622.734)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	259.097	(3.489)	-	255.608
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.790.954	(25.448)	-	1.765.506
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.050.051	(28.937)	-	2.021.114

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1 de janeiro de 2013 e foram adotados pela Sociedade, com impactos somente na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (sem impactos nos critérios de reconhecimento e mensuração):

- Demonstrações financeiras consolidadas - IFRS 10 e orientações de transição (equivalente ao CPC 36 R3): determinou um único modelo de consolidação baseado em controle.
- Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12 e orientações de transição (equivalente ao CPC 45): expande os requerimentos de divulgação de investimentos em entidades nos quais a Sociedade possui influência significativa.
- Alterações ao IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (equivalente ao CPC 35 R2): requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas foram substituídos pelo IFRS 10. Os requerimentos para demonstrações contábeis separadas foram mantidos por este IAS.
- Alterações ao IAS 28 - Investimentos em coligadas e controladas (equivalente ao CPC 18 R2): revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12.
- Mensuração ao valor justo - IFRS 13 (equivalente ao CPC 46): substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo em um único pronunciamento. O IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o seu valor e os requerimentos de divulgação. Este IFRS não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Alterações ao IAS 1 – Apresentação de outros resultados abrangentes (equivalente ao CPC 26 R1 após documento de Revisão CPC 03): requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que serão e os que não serão posteriormente reclassificados para o resultado.
- Alterações ao IFRS 7 – Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros (equivalente ao CPC 40 R1 após documento de Revisão CPC 03): requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2013:

- | | <u>Vigente em</u> |
|---|--------------------------|
| • Alterações ao IAS 32 – Apresentação de instrumentos financeiros: fornece esclarecimentos sobre as regras para compensação de ativos e passivos financeiros. | 2014 |
| • Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. | 2015 |

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IAS/IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

x. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 19 de fevereiro de 2014.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

		% de participação no capital social					
		31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
		Controle		Controle		Controle	
	Localidade	Direto	Indireto	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99	-	99
Temmar - Terminal Marítimo do Maranhão S.A.	Brasil	-	-	-	100	-	-
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	-	-	99	-	99
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	-	100	-	100	-	-
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100	-	100
Oxiten Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	100	-	100
Oxiten Shanghai Trading LTD.	China	-	100	-	100	-	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	-	99	-	99	-	99
Distribuidora de Gás LP Azul S.A.	Brasil	-	-	-	-	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	57	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em maio de 2012, a controlada Oxitenos Shanghai Trading LTD. foi constituída e tem como atividade principal a representação comercial.

Em junho de 2012, a empresa T.T.S.S.P.E. Empreendimentos e Participações foi constituída com objetivo de segregar parte da atividade de produção e venda de catalisadores para posterior alienação, que ocorreu em julho de 2012.

Em julho de 2012, a controlada Terminal Químico de Aratu S.A. (“Tequimar”), concluiu a aquisição de 100% das ações do Temmar – Terminal Marítimo do Maranhão S.A. (“Temmar”) (vide nota explicativa nº 3.b).

Em novembro de 2012, a controlada Oxitenos S.A. Indústria e Comércio (“Oxitenos S.A.”), adquiriu a totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., atual Oxitenos Uruguay (vide nota explicativa nº 3.a).

Em dezembro de 2012, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Distribuidora de Gás LP Azul S.A. foi incorporada pela controladora Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”).

Em junho de 2013, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Melamina Ultra S.A. Indústria Química foi incorporada pela controladora Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”).

Em dezembro de 2013, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Temmar foi incorporada pela controladora Tequimar.

A Sociedade e suas controladas mantêm participação compartilhada nas seguintes empresas, nas quais os estatutos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade e em suas controladas utilizando-se o método da equivalência patrimonial, conforme requerido pelo IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – vide nota explicativa nº 11.b).

		% de participação no capital social					
		31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
		Controle		Controle		Controle	
	Localidade	Direto	Indireto	Direto	Indireto	Direto	Indireto
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	Brasil	-	50	-	50	-	50
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	-	50	-	50	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Brasil	33	-	33	-	33	-
Maxfácil Participações S.A.	Brasil	-	-	-	-	-	50

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Em novembro de 2012, a Maxfácil Participações S.A. (“Maxfácil”) foi cindida entre as sócias na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma (vide nota explicativa nº 11.b).

Em novembro de 2012, a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) foi constituída em conjunto com a Odebrecht TransPort Participações (vide nota explicativa nº 11.b).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da American Chemical I.C.S.A.(atual Oxitenó Uruguay S.A.)

Em 1 de novembro de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Oxitenó S.A., adquiriu a totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., empresa uruguaia de especialidades químicas, que possui uma planta em Montevideu com capacidade de produção de 81 mil toneladas de especialidades químicas, em particular tensoativos sulfonados e sulfatados para os mercados de cosméticos e detergentes e produtos para a indústria de couro. O valor total pago foi R\$ 113.603, incluindo ajuste de capital de giro no montante de R\$ 6.168, efetuado no 1º trimestre de 2013.

O valor pago pela aquisição das ações foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. A apuração dos valores justos do estoque, do imobilizado e do intangível foi concluída no 1º semestre de 2013. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 44.856.

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	7.147	Financiamentos	32.481
Contas a receber	31.169	Fornecedores	32.443
Estoques	33.459	Salários e encargos a pagar	3.431
Tributos a recuperar	3.163	Outros	<u>1.869</u>
Outros	<u>1.906</u>		70.224
	76.844		
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	68.420	Financiamentos	7.362
Intangível	1.969	Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.365</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.465		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>44.856</u>		15.727
	122.710	Total dos passivos assumidos	<u>85.951</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>199.554</u>	Valor pago	<u>113.603</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2012, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	53.896.772
Lucro operacional	1.706.969
Lucro líquido do exercício	1.025.526
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,9076
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,8999

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Combinação de negócios – aquisição do Temmar – Terminal Marítimo do Maranhão S.A.

Em 31 de julho de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Tequimar, concluiu a aquisição de 100% das ações do Temmar. Este terminal está localizado na região portuária de Itaqui, no Maranhão, e tem capacidade de 55 mil m³, sendo utilizado principalmente para movimentação de combustíveis e biocombustíveis. O Temmar possui contratos com clientes para a totalidade da capacidade do terminal e contrato de arrendamento de longo prazo, que inclui extensa área para futuras expansões.

O valor desembolsado na aquisição foi R\$ 68.196 e o Tequimar pagará valor adicional mínimo de R\$ 12.000, podendo atingir cerca de R\$ 30.000, em função de eventuais expansões na capacidade de armazenagem do terminal, desde que implementadas em até 7 anos, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”). O valor total registrado em função da aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 43.781.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.768	Financiamentos	755
Contas a receber	1.099	Fornecedores	193
Tributos a recuperar	3.738	Salários e encargos a pagar	301
Outros	307	Obrigações tributárias	371
	<u>6.912</u>		<u>1.620</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		 <u>Passivo não circulante</u>	
Aplicações financeiras	3.426	Financiamentos	45.676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.862	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	203
Imobilizado	88.361	Sociedades relacionadas	49.982
Intangível	21.243	Contraprestação contingente	12.000
Outros	2.092		<u>107.861</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>43.781</u>		
	<u>170.765</u>	Total dos passivos assumidos	<u>109.481</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>177.677</u>	Valor pago	<u>68.196</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O montante de R\$ 49.982 de “Sociedades relacionadas” referia-se a mútuo do Temmar com a Noble Brasil S.A. e foi liquidado na data da aquisição.

O financiamento assumido refere-se ao Banco do Nordeste do Brasil com vencimentos entre outubro de 2013 e setembro de 2021, com juros de 10,0% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2012, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	53.881.692
Lucro operacional	1.711.390
Lucro líquido do exercício	1.022.937
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,9028
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,8951

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos emitidos pelo governo norte-americano indexados a taxas de juros pré-fixadas; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.543.700 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.131.828 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.659.287 em 1 de janeiro de 2012) e estão distribuídos conforme abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e bancos						
Em moeda nacional	153	173	71	136.532	35.786	77.794
Em moeda estrangeira	-	-	-	88.394	43.866	29.523
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa						
Em moeda nacional						
Títulos e fundos de renda fixa	110.125	76.808	178.601	2.051.143	1.912.217	1.643.013
Em moeda estrangeira						
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	-	29.245	15.176
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>110.278</u>	<u>76.981</u>	<u>178.672</u>	<u>2.276.069</u>	<u>2.021.114</u>	<u>1.765.506</u>

- Aplicações financeiras**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras						
Em moeda nacional						
Títulos e fundos de renda fixa	264	216	52.902	747.256	641.022	541.287
Em moeda estrangeira						
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	368.781	290.636	259.091
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	-	151.594	179.056	93.403
Total de aplicações financeiras	<u>264</u>	<u>216</u>	<u>52.902</u>	<u>1.267.631</u>	<u>1.110.714</u>	<u>893.781</u>
Circulante	<u>264</u>	<u>216</u>	<u>52.902</u>	<u>1.149.132</u>	<u>961.184</u>	<u>819.344</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>118.499</u>	<u>149.530</u>	<u>74.437</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Clientes nacionais	2.159.355	2.130.816	1.882.889
Financiamentos a clientes – Ipiranga	276.044	276.937	239.588
Clientes estrangeiros	157.696	164.943	135.098
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(147.080)</u>	<u>(128.816)</u>	<u>(116.454)</u>
	<u>2.446.015</u>	<u>2.443.880</u>	<u>2.141.121</u>
Circulante	<u>2.321.537</u>	<u>2.306.521</u>	<u>2.023.405</u>
Não circulante	<u>124.478</u>	<u>137.359</u>	<u>117.716</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

		<u>Vencidos</u>					
	<u>Total</u>	<u>A vencer</u>	<u>< 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>
31/12/2013	2.593.095	2.282.310	104.544	12.906	6.428	7.786	179.121
31/12/2012	2.572.696	2.270.632	81.666	18.463	8.932	25.885	167.118
01/01/2012	2.257.575	1.991.490	80.538	18.088	5.788	14.938	146.733

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01/01/2012	116.454
Adições	20.616
Baixas por utilização	<u>(8.254)</u>
Saldo em 31/12/2012	128.816
Adições	31.745
Baixas por utilização	<u>(13.481)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>147.080</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	318.451	(7.100)	311.351	262.667	(6.314)	256.353	272.377	(14.605)	257.772
Produtos em elaboração	2.626	-	2.626	1.914	-	1.914	727	-	727
Matérias-primas	209.735	(169)	209.566	205.252	(297)	204.955	195.881	(114)	195.767
Gás liquefeito de petróleo - GLP	41.678	(5.761)	35.917	36.820	-	36.820	41.147	-	41.147
Combustíveis, lubrificantes e graxas	817.016	(758)	816.258	629.527	(635)	628.892	632.094	(710)	631.384
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	64.465	(1.450)	63.015	63.226	(1.197)	62.029	56.645	(1.696)	54.949
Adiantamentos a fornecedores	128.618	-	128.618	72.899	-	72.899	89.103	-	89.103
Imóveis para revenda	25.162	-	25.162	26.832	-	26.832	32.646	-	32.646
	<u>1.607.751</u>	<u>(15.238)</u>	<u>1.592.513</u>	<u>1.299.137</u>	<u>(8.443)</u>	<u>1.290.694</u>	<u>1.320.620</u>	<u>(17.125)</u>	<u>1.303.495</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 01/01/2012	17.125
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(8.141)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(541)
Saldo em 31/12/2012	8.443
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	4.087
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	2.708
Saldo em 31/12/2013	<u>15.238</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ajuste ao valor de realização	9.497	5.410	13.551
Obsolescência e outras perdas	5.741	3.033	3.574
Total	<u>15.238</u>	<u>8.443</u>	<u>17.125</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IRPJ e CSLL	48.531	89.265	88.591	160.590	190.499	175.638
ICMS	-	-	-	210.045	197.294	173.205
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	-	(65.180)	(61.717)	(41.146)
PIS e COFINS	-	-	21	156.707	156.491	211.332
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina e Oxitenó Uruguay	-	-	-	43.592	32.626	19.513
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	-	3.997	4.117	3.552
Outros	-	-	-	7.589	7.719	5.819
Total	<u>48.531</u>	<u>89.265</u>	<u>88.612</u>	<u>517.340</u>	<u>527.029</u>	<u>547.913</u>
Circulante	<u>27.067</u>	<u>63.266</u>	<u>48.706</u>	<u>479.975</u>	<u>477.959</u>	<u>466.518</u>
Não circulante	<u>21.464</u>	<u>25.999</u>	<u>39.906</u>	<u>37.365</u>	<u>49.070</u>	<u>81.395</u>

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 01/01/2012	41.146
Adições	23.473
Baixas por recebimento	<u>(2.902)</u>
Saldo em 31/12/2012	61.717
Adições	9.274
Baixas por recebimento	<u>(5.811)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>65.180</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	Debêntures	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>772.194</u>	<u>89.541</u>
Total em 31/12/2013	<u>772.194</u>	<u>89.541</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	Contas a receber Debêntures Total	
Companhia Ultragaz S.A.	7.293 - 7.293	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	3.003 - 3.003	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	858 - 858	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>3.861</u> <u>766.297</u> <u>770.158</u>	<u>94.091</u>
Total em 31/12/2012	<u>15.015</u> <u>766.297</u> <u>781.312</u>	<u>94.091</u>

	<u>Ativo</u>	
	Contas a receber Debêntures Total	
Companhia Ultragaz S.A.	955 - 955	
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	2.867 - 2.867	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>-</u> <u>775.709</u> <u>775.709</u>	
Total em 01/01/ 2012	<u>3.822</u> <u>775.709</u> <u>779.531</u>	

Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Consolidado**

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	1.069
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	1.051
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.952	1.210
Outros	490	826	-	-
Total em 31/12/2013	<u>10.858</u>	<u>3.872</u>	<u>7.952</u>	<u>3.330</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	926
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	275
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	9.871	14
Outros	490	826	-	-
Total em 31/12/2012	<u>10.858</u>	<u>3.872</u>	<u>9.871</u>	<u>1.215</u>

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber¹	A pagar¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	9.654	-	-	965
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.145	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	204
Outros	490	826	328	-
Total em 01/01/2012	<u>10.144</u>	<u>3.971</u>	<u>328</u>	<u>1.169</u>

¹Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.371
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	30.607
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	<u>10.161</u>	<u>-</u>
Total em 2013	<u>10.167</u>	<u>42.978</u>

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.844
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	29.189
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	<u>1.069</u>	<u>-</u>
Total em 2012	1.075	42.033

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b).

Em 2013, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 34.282 (R\$ 31.639 em 2012). Deste total, R\$ 28.041 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 25.793 em 2012), R\$ 3.642 a remuneração em ações (R\$ 3.337 em 2012) e R\$ 2.599 a benefício pós-emprego (R\$ 2.509 em 2012).

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. O valor total concedido a executivos até 31 de dezembro de 2013, incluindo encargos tributários, foi R\$ 63.643 (R\$ 63.643 até 31 de dezembro de 2012). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2013 no montante de R\$ 9.729 (R\$ 6.426 em 2012) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
7 de novembro de 2012	350.000	5 a 7 anos	42,90	20.710	(4.104)	16.606
14 de dezembro de 2011	120.000	5 a 7 anos	31,85	5.272	(1.865)	3.407
10 de novembro de 2010	260.000	5 a 7 anos	26,78	9.602	(5.164)	4.438
16 de dezembro de 2009	250.000	5 a 7 anos	20,75	7.155	(4.962)	2.193
8 de outubro de 2008	384.008	5 a 7 anos	9,99	8.090	(7.098)	992
12 de dezembro de 2007	53.320	5 a 7 anos	16,17	3.570	(3.414)	156
9 de novembro de 2006	207.200	10 anos	11,62	3.322	(2.381)	941
14 de dezembro de 2005	93.600	10 anos	8,21	1.060	(857)	203
4 de outubro de 2004	167.900	10 anos	10,20	2.361	(2.184)	177
18 de dezembro de 2003	-	10 anos	7,58	2.501	(2.501)	-
	<u>1.886.028</u>			<u>63.643</u>	<u>(34.530)</u>	<u>29.113</u>

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 01/01/2012	2.193.900
Ações outorgadas em 07/11/2012	350.000
Cancelamento de ações devido a interrupção de vínculo empregatício do administrador	(120.000)
Ações transferidas aos administradores	<u>(53.360)</u>
Saldo em 31/12/2012	2.370.540
Ações transferidas aos administradores	<u>(484.512)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>1.886.028</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Provisões para perda de ativos	-	-	-	32.130	27.503	22.645
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10	6	690	111.395	110.563	105.160
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	-	43.753	43.450	37.026
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	-	-	21.710	2.500
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	-	57.334	134.598	220.668
Provisão para retirada de tanques	-	-	-	13.760	13.855	13.067
Demais provisões	385	37	-	72.153	60.768	61.451
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	-	45.607	56.884	48.448
Total	395	43	690	376.132	469.331	510.965
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Reavaliação de imobilizado	-	-	-	3.130	3.259	3.379
Arrendamento mercantil	-	-	-	5.640	6.255	6.644
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	-	61.864	65.299	21.529
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	-	6.709	950	810
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	-	4.088	3.489	871
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	-	5.911	-	-
Demais provisões	-	-	-	14.157	5.672	4.205
Total	-	-	-	101.499	84.924	37.438

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	384.407	473.527
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(90.996)	(108.384)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(9.306)	4.133
Saldo inicial reconhecido de empresas adquiridas	-	19.258
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios	(8.365)	69
Outros	<u>(1.107)</u>	<u>(4.196)</u>
Saldo final	<u>274.633</u>	<u>384.407</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	385	140.673
De 1 a 2 anos	-	70.322
De 2 a 3 anos	10	34.278
De 3 a 5 anos	-	29.254
De 5 a 7 anos	-	69.035
De 7 a 10 anos	<u>-</u>	<u>32.570</u>
	<u>395</u>	<u>376.132</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	34.045	14.512	1.806.428	1.437.567
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(11.575)	(4.934)	(614.185)	(488.773)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(340)	-	(24.793)	(15.754)
Receitas não tributáveis (ii)	104	325	6.569	15.573
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	6.050	25.779
Juros sobre capital próprio (iv)	(59.617)	(22.132)	(218)	-
Demais ajustes	23	23	1.100	(1.539)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(71.405)	(26.718)	(625.477)	(464.714)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	52.755	43.442
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(71.405)	(26.718)	(572.722)	(421.272)
Corrente	(71.757)	(26.071)	(534.481)	(356.330)
Diferido	352	(647)	(90.996)	(108.384)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	52.755	43.442
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %			31,7	29,3

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 48 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados numa base que é igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido pago com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas é dedutível para fins de imposto de renda.

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe ⁽¹⁾	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu ⁽²⁾	75	2012
	Terminal de Suape	75	2020
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2022

⁽¹⁾ Serão protocolados na SUDENE em 2014, pleitos requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção verificado na base de Caucaia e de modernização efetuada na base de Mataripe.

⁽²⁾ Foi deferido pela SUDENE, em 26 de dezembro de 2013, o pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face da modernização verificada no terminal de Aratu. Em 16 de janeiro de 2014 o laudo foi protocolado na Secretaria da Receita Federal, que possui prazo de 120 dias para homologação, quando o Tequimar poderá então utilizar a isenção de forma retroativa.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 142.952 (R\$ 171.409 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 145.030 em 1 de janeiro de 2012) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 109.652 (R\$ 155.911 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 135.454 em 1 de janeiro de 2012), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 45.607 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 56.884 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 48.448 em 1 de janeiro de 2012).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Sociedade analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, porém em análise inicial estes não são relevantes.

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aluguéis	92.375	60.931	49.937
Propaganda e publicidade ⁽¹⁾	25.864	6.218	3.589
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	23.408	31.438	21.066
Prêmios de seguros	10.319	15.612	9.995
Manutenção de software	3.900	11.168	16.233
Compras de vale alimentação e transporte	1.541	4.545	4.670
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>5.575</u>	<u>3.551</u>	<u>2.292</u>
	<u>162.982</u>	<u>133.463</u>	<u>107.782</u>
Circulante	<u>65.177</u>	<u>53.811</u>	<u>39.913</u>
Não circulante	<u>97.805</u>	<u>79.652</u>	<u>67.869</u>

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 19.194 referem-se às ações de marketing relacionadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/12/2013			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.068.847	3.373.026	9.389.351	214.375
Passivo	3.888	480.755	7.234.447	145.856
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	1.064.959	2.892.330	2.154.904	68.519
Receita líquida de vendas e serviços	-	968.975	53.325.243	200.328
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados	76.387	215.729	965.607	3.963
Participação no capital social - %	100	100	100	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.008.432	3.143.641	8.933.480	229.328
Passivo	19.921	794.425	6.497.978	169.820
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	988.511	2.349.275	2.435.502	59.508
Receita líquida de vendas e serviços	-	926.254	46.745.615	147.633
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados	74.243	170.740	783.270	11.980
Participação no capital social - %	100	100	100	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	01/01/2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	810.186	2.928.982	7.772.412	198.991
Passivo	29.664	726.309	5.494.010	142.058
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	780.522	2.202.732	2.278.402	56.933
Participação no capital social - %	100	100	100	33

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto é demonstrada abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	780.883	2.206.872	2.284.440	5.272.195	18.904	5.291.099
Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	(361)	(4.140)	(6.038)	(10.539)	-	(10.539)
Saldo em 1 de janeiro de 2012	780.522	2.202.732	2.278.402	5.261.656	18.904	5.280.560
Equivalência patrimonial	74.243	170.740	783.270	1.028.253	3.866	1.032.119
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	(16.145)	(40.149)	(619.136)	(675.430)	(3.011)	(678.441)
Aporte de capital em dinheiro	150.000	-	-	150.000	-	150.000
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(59)	(59)	-	(59)
Ajustes de avaliação patrimonial	(109)	(1.095)	(6.975)	(8.179)	-	(8.179)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	17.047	-	17.047	-	17.047
Saldo em 31 de dezembro de 2012	988.511	2.349.275	2.435.502	5.773.288	19.759	5.793.047
Equivalência patrimonial	76.387	215.729	965.607	1.257.723	4.780	1.262.503
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	(51.235)	(560.942)	(612.177)	(1.788)	(613.965)
Aporte de capital em dinheiro	-	350.000	-	350.000	-	350.000
Redução de capital	-	-	(700.000)	(700.000)	-	(700.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(139)	(139)	-	(139)
Ajustes de avaliação patrimonial	61	3.106	14.876	18.043	-	18.043
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	25.455	-	25.455	-	25.455
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	6.112.193	22.751	6.134.944

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da RPR, que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo Participações participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, iniciou sua operação em 23 de abril de 2013 no Estado de São Paulo e em 31 de dezembro de 2013 opera também nos Estados de Pernambuco e Bahia.

A controlada IPP participava da Maxfácil, que tinha como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga. Em novembro de 2012, a Maxfácil foi cindida entre as sócias na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

Movimentação dos investimentos					
	União Vopak	RPR	ConectCar	Maxfácil	Total
Saldo em 01/01/2012	6.331	18.904	-	95.568	120.803
Equivalência patrimonial	633	3.866	(1.319)	7.110	10.290
Dividendos recebidos	(1.250)	(3.011)	-	(7.674)	(11.935)
Aporte de capital	-	-	4.055	-	4.055
Incorporação	-	-	-	(95.004)	(95.004)
Saldo em 31/12/2012	5.714	19.759	2.736	-	28.209
Equivalência patrimonial	1.302	4.780*	(11.962)	-	(5.880)
Dividendos recebidos	(1.100)	(1.788)	-	-	(2.888)
Aporte de capital	-	-	24.945	-	24.945
Saldo em 31/12/2013	<u>5.916</u>	<u>22.751</u>	<u>15.719</u>	<u>-</u>	<u>44.386</u>

* inclui ajustes referentes à conclusão dos trabalhos de auditoria de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2013		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.814	115.968	26.585
Ativo não circulante	9.358	98.407	25.301
Passivo circulante	1.340	46.973	20.448
Passivo não circulante	-	98.883	-
Patrimônio líquido	11.832	68.519	31.438
Receita líquida	12.632	200.328	4.146
Custos e despesas operacionais	(8.954)	(191.860)	(40.319)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.074)	(4.505)	12.248
Lucro (prejuízo) líquido	2.604	3.963	(23.925)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	50.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2012		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.254	137.729	12.616
Ativo não circulante	9.908	91.599	9.363
Passivo circulante	2.734	88.070	16.507
Passivo não circulante	-	81.750	-
Patrimônio líquido	11.428	59.508	5.472
Receita líquida	14.572	147.633	14
Custos e despesas operacionais	(12.914)	(109.984)	(4.018)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(392)	(25.669)	1.367
Lucro (prejuízo) líquido	1.266	11.980	(2.637)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	25.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	01/01/2012		
	União Vopak	RPR	Maxfácil
Ativo circulante	2.657	112.592	176.531
Ativo não circulante	11.034	86.399	19.122
Passivo circulante	1.029	35.688	4.517
Passivo não circulante	-	106.370	-
Patrimônio líquido	12.662	56.933	191.136
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	10.997
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiten S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiten S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2013, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Saldo em 01/01/2012	6.828	2.105	3.693	12.626
Dividendos recebidos	(146)	-	-	(146)
Equivalência patrimonial	<u>332</u>	<u>(85)</u>	<u>(57)</u>	<u>190</u>
Saldo em 31/12/2012	7.014	2.020	3.636	12.670
Redução de capital	(1.500)	-	-	(1.500)
Dividendos recebidos	(316)	-	-	(316)
Equivalência patrimonial	<u>764</u>	<u>124</u>	<u>(1)</u>	<u>887</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>5.962</u>	<u>2.144</u>	<u>3.635</u>	<u>11.741</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2013				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.482	19.507	85	555	3
Ativo não circulante	20.449	73.767	10.085	331	2.926
Passivo circulante	749	11.019	-	17	62
Passivo não circulante	332	73.681	2.901	1.708	3.459
Patrimônio líquido	23.850	8.574	7.269	(839)	(592)
Receita líquida	6.794	31.458	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.665)	(30.629)	(30)	(159)	276
Resultado financeiro e imposto de renda	(74)	(335)	28	1	12
Lucro (prejuízo) líquido	3.055	494	(2)	158	288
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2012				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.074	15.300	207	364	30
Ativo não circulante	20.881	88.938	9.745	678	3.150
Passivo circulante	565	7.712	-	15	92
Passivo não circulante	332	88.446	2.682	1.708	3.972
Patrimônio líquido	28.058	8.080	7.270	(681)	(884)
Receita líquida	5.150	32.301	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.932)	(32.384)	(78)	(141)	356
Resultado financeiro e imposto de renda	110	(256)	(36)	8	(33)
Lucro (prejuízo) líquido	1.328	(339)	(114)	(133)	323
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	01/01/2012				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.282	11.049	774	332	25
Ativo não circulante	22.032	93.310	8.836	842	3.132
Passivo circulante	668	6.638	-	13	61
Passivo não circulante	332	89.301	2.226	1.708	4.304
Patrimônio líquido	27.314	8.420	7.384	(547)	(1.208)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2012	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências	Baixas	Aquisição da Oxiteno Uruguay ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 31/12/2013
Custo:									
Terrenos	-	403.563	3.883	-	53.725	(12.036)	6.881	2.603	458.619
Edificações	29	1.152.647	6.973	-	66.744	(17.538)	(279)	11.199	1.219.746
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	507.548	5.663	-	37.669	(1.097)	-	58	549.841
Máquinas e equipamentos	12	3.465.698	78.304	-	126.864	(3.755)	18.048	60.742	3.745.901
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	14	1.816.791	90.621	-	42.059	(19.010)	-	9.259	1.939.720
claros/lubrificantes	12	441.006	73.053	-	(30)	(53.433)	-	-	460.596
Tanques e vasilhames para GLP	10	198.674	17.415	-	12.948	(15.517)	156	(41)	213.635
Veículos	8	117.296	4.912	-	2.554	(183)	-	2.179	126.758
Móveis e utensílios	-	294.328	306.870	-	(293.931)	(2.295)	-	(2.896)	302.076
Obras em andamento	-	12.881	67.824	-	(53.147)	-	-	-	27.558
Adiantamentos a fornecedores	-	174	240	-	(145)	-	-	(139)	130
Importações em andamento	-	197.881	13.007	-	973	(5.846)	-	271	206.286
Equipamentos de informática	5	8.608.487	668.765	-	(3.717)	(130.710)	24.806	83.235	9.250.866
Depreciação acumulada:									
Edificações		(496.449)	-	(38.652)	(923)	8.631	-	(6.383)	(533.776)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(237.447)	-	(33.111)	(19)	754	-	225	(269.598)
Máquinas e equipamentos		(1.673.635)	-	(219.443)	867	2.337	-	(49.364)	(1.939.238)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(972.014)	-	(105.921)	2	11.508	-	-	(1.066.425)
claros/lubrificantes		(216.707)	-	(28.133)	28	23.491	-	-	(221.321)
Tanques e vasilhames para GLP		(89.221)	-	(9.287)	-	10.719	-	(71)	(87.860)
Veículos		(83.447)	-	(8.160)	1	144	-	(1.784)	(93.246)
Móveis e utensílios		(166.721)	-	(12.145)	1	4.973	-	(50)	(173.942)
Equipamentos de informática		(3.935.641)	-	(454.852)	(43)	62.557	-	(57.427)	(4.385.406)
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(5.616)	(155)	-	-	744	-	-	(5.027)
Equipamentos de informática		(3)	(6)	-	-	3	-	-	(6)
Veículos		-	(106)	-	-	106	-	-	-
Móveis e utensílios		(10)	-	-	-	5	-	-	(5)
		(5.826)	(267)	-	-	858	-	-	(5.235)
Custo líquido		4.667.020	668.498	(454.852)	(3.760)	(67.295)	24.806	25.808	4.860.225

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 01/01/2012	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Aquisição do Temmar ⁽¹⁾	Aquisição da Oxiteno Uruguay ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 31/12/2012
Custo:										
Terrenos	-	354.077	39.350	-	20.411	(11.384)	-	171	938	403.563
Edificações	28	1.095.400	9.077	-	55.722	(24.120)	-	10.599	5.969	1.152.647
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	402.419	6.452	-	68.156	(1.256)	31.749	29	(1)	507.548
Máquinas e equipamentos	13	3.125.412	77.563	-	131.035	(10.740)	60.257	34.851	47.320	3.465.698
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	14	1.639.532	130.303	-	67.223	(20.267)	-	-	-	1.816.791
Tanques e vasilhames para GLP	12	415.905	65.843	-	31	(40.773)	-	-	-	441.006
Veículos	9	191.842	14.977	-	10.151	(19.048)	77	292	383	198.674
Móveis e utensílios	8	109.034	4.408	-	897	(149)	238	1.164	1.704	117.296
Obras em andamento	-	229.392	392.189	-	(344.433)	(887)	-	14.769	3.298	294.328
Adiantamentos a fornecedores	-	11.482	15.102	-	(13.701)	(2)	-	-	-	12.881
Importações em andamento	-	166	84	-	(105)	-	-	40	(11)	174
Equipamentos de informática	5	186.886	9.682	-	3.395	(2.820)	306	195	237	197.881
		<u>7.761.547</u>	<u>765.030</u>	<u>-</u>	<u>(1.218)</u>	<u>(131.446)</u>	<u>92.627</u>	<u>62.110</u>	<u>59.837</u>	<u>8.608.487</u>
Depreciação acumulada:										
Edificações		(463.773)	-	(36.423)	(40)	11.220	-	(2.563)	(4.870)	(496.449)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(210.338)	-	(27.009)	(66)	1.045	(1.051)	(28)	-	(237.447)
Máquinas e equipamentos		(1.411.609)	-	(204.144)	2	6.292	(3.060)	(15.286)	(45.830)	(1.673.635)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(892.860)	-	(95.113)	137	15.822	-	-	-	(972.014)
Tanques e vasilhames para GLP		(205.213)	-	(25.990)	(29)	14.525	-	-	-	(216.707)
Veículos		(95.683)	-	(7.941)	-	14.817	(29)	(93)	(292)	(89.221)
Móveis e utensílios		(73.155)	-	(8.389)	-	124	(29)	(426)	(1.572)	(83.447)
Equipamentos de informática		(156.320)	-	(12.198)	(38)	2.167	(97)	(100)	(135)	(166.721)
		<u>(3.508.951)</u>	<u>-</u>	<u>(417.207)</u>	<u>(34)</u>	<u>66.012</u>	<u>(4.266)</u>	<u>(18.496)</u>	<u>(52.699)</u>	<u>(3.935.641)</u>
Provisão para perdas:										
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.475)	(4.195)	-	-	54	-	-	-	(5.616)
Equipamentos de informática		-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Móveis e utensílios		-	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
		<u>(1.672)</u>	<u>(4.208)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.826)</u>
Custo líquido		<u>4.250.924</u>	<u>760.822</u>	<u>(417.207)</u>	<u>(1.252)</u>	<u>(65.380)</u>	<u>88.361</u>	<u>43.614</u>	<u>7.138</u>	<u>4.667.020</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Oxiteno Uruguay e do Temmar vide notas explicativas nº 3.a) e 3.b), respectivamente.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2012	Adições	Amortizações	Transfe-rências	Baixas	Aquisição da Oxitenó Uruguay ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 31/12/2013
Custo:									
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	906.680	-	-	-	-	(10.071)	-	896.609
Software	5	324.881	36.457	-	(9.778)	(697)	-	2.774	353.637
Tecnologia	5	32.257	179	-	-	-	-	-	32.436
Direitos de propriedade comercial	30	16.334	-	-	-	-	-	-	16.334
Fundo de comércio	5	1.706.335	505.373	-	-	-	1.865	-	2.213.573
Outros	9	29.822	927	-	11.231	(155)	-	3.698	45.523
		<u>3.016.309</u>	<u>542.936</u>	<u>-</u>	<u>1.453</u>	<u>(852)</u>	<u>(8.206)</u>	<u>6.472</u>	<u>3.558.112</u>
Amortização acumulada:									
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		(101.983)	-	-	-	-	-	-	(101.983)
Software		(233.520)	-	(32.472)	3.698	693	-	(92)	(261.693)
Tecnologia		(22.717)	-	(4.973)	-	-	-	-	(27.690)
Direitos de propriedade comercial		(4.966)	-	(549)	-	-	-	-	(5.515)
Fundo de comércio		(687.381)	-	(302.787)	(1.854)	-	-	-	(992.022)
Outros		(442)	-	(50)	-	43	-	(5)	(454)
		<u>(1.051.009)</u>	<u>-</u>	<u>(340.831)</u>	<u>1.844</u>	<u>736</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>(1.389.357)</u>
Provisão para perdas:									
Software		(4)	-	-	-	4	-	-	-
		<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo líquido		<u>1.965.296</u>	<u>542.936</u>	<u>(340.831)</u>	<u>3.297</u>	<u>(112)</u>	<u>(8.206)</u>	<u>6.375</u>	<u>2.168.755</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 01/01/2012	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Aquisição da Oxiten Uruguay ⁽¹⁾	Aquisição do Temmar ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 31/12/2012
Custo:										
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	807.972	-	-	-	-	54.927	43.781	-	906.680
Software	5	288.286	35.354	-	229	(162)	236	-	938	324.881
Tecnologia	5	32.257	-	-	-	-	-	-	-	32.257
Direitos de propriedade comercial	30	16.334	-	-	-	-	-	-	-	16.334
Fundo de comércio	5	1.150.941	533.185	-	966	-	-	21.243	-	1.706.335
Outros	7	4.155	26.230 ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(563)	29.822
		<u>2.299.945</u>	<u>594.769</u>	<u>-</u>	<u>1.195</u>	<u>(162)</u>	<u>55.163</u>	<u>65.024</u>	<u>375</u>	<u>3.016.309</u>
Amortização acumulada:										
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		(101.983)	-	-	-	-	-	-	-	(101.983)
Software		(203.538)	-	(30.311)	16	162	(132)	-	283	(233.520)
Tecnologia		(16.657)	-	(6.060)	-	-	-	-	-	(22.717)
Direitos de propriedade comercial		(4.417)	-	(549)	-	-	-	-	-	(4.966)
Fundo de comércio		(433.873)	-	(251.099)	(2.409)	-	-	-	-	(687.381)
Outros		(345)	-	(82)	(19)	-	-	-	4	(442)
		<u>(760.813)</u>	<u>-</u>	<u>(288.101)</u>	<u>(2.412)</u>	<u>162</u>	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>287</u>	<u>(1.051.009)</u>
Provisão para perdas:										
Software		-	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
		<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>
Custo líquido										
		<u>1.539.132</u>	<u>594.765</u>	<u>(288.101)</u>	<u>(1.217)</u>	<u>-</u>	<u>55.031</u>	<u>65.024</u>	<u>662</u>	<u>1.965.296</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Oxiten Uruguay e do Temmar vide notas explicativas nº 3.a) e 3.b), respectivamente.

⁽²⁾ Em 2012, a Ipiranga adquiriu a marca 'am/pm' no Brasil por R\$ 26.132. A am/pm é a maior rede de lojas de conveniência no Brasil, sendo parte importante do modelo de diferenciação em serviços e conveniência da Ipiranga.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i) Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ágio na aquisição de:			
Ipiranga	276.724	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759	177.759
Oxiteno Uruguay	44.856	54.927	-
Temmar	43.781	43.781	-
DNP	24.736	24.736	24.736
Repsol	13.403	13.403	13.403
Outros	2.278	2.278	2.278
	<u>794.626</u>	<u>804.697</u>	<u>705.989</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções variaram de 11,3% a 24,9% e 0% a 5,0% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Tequimar assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de grãos líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Outros intangíveis representam substancialmente os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.534	13.701
Despesas com vendas e comerciais	298.786	246.828
Despesas gerais e administrativas	30.511	27.572
	<u>340.831</u>	<u>288.101</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2013 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:						
Notas no mercado externo (b)	584.521	508.883	466.197	US\$	+7,3	2015
Financiamento externo (c.1) (*)	187.340	159.550	-	US\$ + LIBOR (i)	+0,8	2015
Financiamento externo (c.2)	140.341	122.152	111.868	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2014
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	136.753	114.760	125.813	US\$	+1,4	< 349 dias
Instituições financeiras (e)	95.792	84.007	-	US\$	+2,1	2014 a 2017
Instituições financeiras (e)	46.740	40.641	-	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2017
BNDES (d)	46.623	59.291	72.869	US\$	+5,6	2014 a 2020
Instituições financeiras (e)	31.241	25.259	28.454	MX\$ + TIIE (ii)	+1,2	2014 a 2016
Adiantamento de Cambiais Entregues	25.511	52.744	45.692	US\$	+1,2	< 112 dias
Instituições financeiras (e)	-	30.194	21.784	Bs (iii)	-	-
FINIMP	-	-	878	US\$	-	-
Subtotal	1.294.862	1.197.481	873.555			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.402.553	668.900	213.055	CDI	103,3	2014 a 2019
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	905.947	1.948.096	2.208.109	R\$	+12,1	2014 a 2015
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	852.483	845.891	-	CDI	108,3	2015
BNDES (d)	633.829	677.840	890.865	TJLP (iv)	+2,5	2014 a 2020
Debêntures – 1ª emissão pública IPP (g.2)	606.929	602.328	-	CDI	107,9	2017
Banco do Nordeste do Brasil	104.072	118.754	86.108	R\$	+8,5 (vi)	2018 a 2021
BNDES (d)	47.428	49.163	57.188	R\$	+5,3	2015 a 2020
Arrendamento mercantil financeiro (i)	44.338	42.419	42.356	IGP-M (v)	+5,6	2031
FINEP	38.845	30.789	10.904	R\$	+4,0	2019 a 2021
Nota de crédito à exportação (h) (*)	24.994	-	-	R\$	+8,0	2016
FINEP	6.718	23.488	45.647	TJLP (iv)	+0,0	2014 a 2023
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	53	494	1.297	R\$	+14,0	2014
FINAME	-	510	2.106	TJLP	-	-
Debêntures – 3ª emissão (g.3)	-	-	1.002.451	CDI	-	-
Empréstimo - Maxfácil	-	-	86.364	CDI	-	-
Subtotal	5.668.189	5.008.672	4.646.450			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	6.575	9.699	22.089			
Total	6.969.626	6.215.852	5.542.094			
Circulante	1.829.989	1.627.955	2.304.957			
Não circulante	5.139.637	4.587.897	3.237.137			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 22 – Contabilidade de proteção).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = *London Interbank Offered Rate*.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) Bs = bolívar venezuelano.
- (iv) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2013, a TJLP estava fixada em 5,0% a.a.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
De 1 a 2 anos	2.831.799	1.440.473	1.203.175
De 2 a 3 anos	493.356	2.105.115	870.784
De 3 a 4 anos	797.605	166.648	976.120
De 4 a 5 anos	68.640	762.556	93.918
Mais de 5 anos	948.237	113.105	93.140
	<u>5.139.637</u>	<u>4.587.897</u>	<u>3.237.137</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiten S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destes, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiten S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

- 1) Em novembro de 2012 a controlada IPP contratou financiamento externo no montante de US\$ 80 milhões. O financiamento externo possui vencimento em novembro de 2015 e encargo financeiro de LIBOR + 0,8% a.a., pago trimestralmente. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o financiamento quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. O financiamento externo é garantido pela Sociedade.
- 2) A controlada Oxitenio Overseas Corp. (“Oxitenio Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões. O financiamento externo possui vencimento em junho de 2014, e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pagos semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenio S.A.

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno Andina, Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos dos empréstimos pré-fixados para 99,3% do CDI em média (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2013):

Vencimento	31/12/2013
jan/14	410.172
mar/14	252.709
abr/14	64.393
mai/14	451.926
fev/15	368.515
mai/15	669.965
fev/16	166.666
mai/16	100.000
mai/19	824.154
	<hr/>
Total	<hr/> <hr/> 3.308.500

Durante o primeiro semestre de 2013, a IPP renegociou empréstimos que venceriam durante este período, nos valores de principal de (i) R\$ 500 milhões, alterando seu vencimento para fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016 e (ii) R\$ 300 milhões, alterando seu vencimento para maio de 2015 e maio de 2016, ambos com taxa pós-fixada de 104,3% do CDI.

No segundo trimestre de 2013, a IPP captou empréstimo adicional no valor de principal de R\$ 800 milhões, com vencimento em maio de 2019 e taxa pós-fixada de 104,0% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em março de 2012 a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 800 debêntures e em 4 de dezembro de 2012, data do vencimento das debêntures remanescentes de terceira emissão, a Sociedade liquidou as 200 debêntures restantes. As debêntures possuíam remuneração de 108,5% do CDI com pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não houve repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Nota de crédito à exportação

Em março de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com vencimento em março de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

Em agosto de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 10 milhões, com vencimento em agosto de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

A Oxitenor Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A Oxitenor Nordeste designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relacionado a equipamentos de informática, com prazo de 36 meses. A controlada tem a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro de veículos para transporte de combustíveis da controlada Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”) foram encerrados em março e abril de 2013, tendo a controlada recebido o direito de propriedade definitiva dos veículos.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	31/12/2013			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	29.653	292	823	30.768
Financiamento (valor presente)	<u>44.338</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>44.391</u>
Circulante	1.735	53	-	1.788
Não circulante	42.603	-	-	42.603

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2012				
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	34.649	765	847	36.261
Financiamento (valor presente)	<u>42.419</u>	<u>410</u>	<u>84</u>	<u>42.913</u>
Circulante	1.533	357	84	1.974
Não circulante	40.886	53	-	40.939

01/01/2012				
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	39.645	1.541	865	42.051
Financiamento (valor presente)	<u>42.356</u>	<u>952</u>	<u>345</u>	<u>43.653</u>
Circulante	1.419	542	261	2.222
Não circulante	40.937	410	84	41.431

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

31/12/2013				
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.949	55	-	4.004
De 1 a 2 anos	3.949	-	-	3.949
De 2 a 3 anos	3.949	-	-	3.949
De 3 a 4 anos	3.949	-	-	3.949
De 4 a 5 anos	3.949	-	-	3.949
Mais de 5 anos	<u>48.704</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.704</u>
	<u>68.449</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>68.504</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2012				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.655	385	113	4.153
De 1 a 2 anos	3.655	55	-	3.710
De 2 a 3 anos	3.655	-	-	3.655
De 3 a 4 anos	3.655	-	-	3.655
De 4 a 5 anos	3.655	-	-	3.655
Mais de 5 anos	<u>48.730</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.730</u>
	<u>67.005</u>	<u>440</u>	<u>113</u>	<u>67.558</u>

01/01/2012				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.540	622	365	4.527
De 1 a 2 anos	3.540	385	113	4.038
De 2 a 3 anos	3.540	55	-	3.595
De 3 a 4 anos	3.540	-	-	3.540
De 4 a 5 anos	3.540	-	-	3.540
Mais de 5 anos	<u>50.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.740</u>
	<u>68.440</u>	<u>1.062</u>	<u>478</u>	<u>69.980</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2012	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2013
Banco do Brasil (f)	0,4	13.315	16.212	(9.730)	19.797
Debêntures (g)	0,4	8.116	-	(3.386)	4.730
Notas no mercado externo (b)	0,2	3.021	-	(712)	2.309
Outros	0,2	1.435	-	(519)	916
Total		25.887	16.212	(14.347)	27.752

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 01/01/2012	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2012
Banco do Brasil (f)	0,6	21.512	2.926	(11.123)	13.315
Debêntures (g)	0,4	6.023	6.772	(4.679)	8.116
Notas no mercado externo (b)	0,2	3.697	-	(676)	3.021
Outros	0,3	810	929	(304)	1.435
Total		32.042	10.627	(16.782)	25.887

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	5.323	3.086	2.691	3.218	3.844	1.635	19.797
Debêntures (g)	3.766	854	55	55	-	-	4.730
Notas no mercado externo (b)	1.154	1.155	-	-	-	-	2.309
Outros	436	315	89	76	-	-	916
Total	10.679	5.410	2.835	3.349	3.844	1.635	27.752

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 40.675 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 41.466 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 88.794 em 1 de janeiro de 2012) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 2.528.511 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.423.240 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1.841.760 em 1 de janeiro de 2012).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 155.221 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 179.387 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 135.051 em 1 de janeiro de 2012).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 14.315 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 12.137 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 11.843 em 1 de janeiro de 2012), com vencimentos de até 214 dias. Até 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 350 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 298 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 286 em 1 de janeiro de 2012), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2013 não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Fornecedores (Consolidado)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Fornecedores nacionais	907.138	1.242.447	1.016.380
Fornecedores estrangeiros	<u>61.812</u>	<u>55.288</u>	<u>50.406</u>
	<u>968.950</u>	<u>1.297.735</u>	<u>1.066.786</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. e da Braskem Qpar S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Participação nos lucros, bônus e prêmios	142.120	114.305	144.021
Provisões sobre folha de pagamento	111.831	93.596	88.550
Encargos sociais	31.059	32.643	27.553
Salários e honorários	11.000	9.305	5.246
Benefícios	1.303	1.466	1.081
Outros	<u>341</u>	<u>1.211</u>	<u>769</u>
	<u>297.654</u>	<u>252.526</u>	<u>267.220</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS	75.883	71.255	55.018
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	11.445	8.818	8.340
PIS e COFINS	9.128	10.564	16.491
ISS	5.656	5.703	4.715
IPI	4.304	4.502	14.604
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3.998	3.448	3.856
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.659	1.432	5.175
Outros	4.249	1.951	1.009
	<u>116.322</u>	<u>107.673</u>	<u>109.208</u>

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 01/01/2012	67.504
Adições (novos tanques)	1.664
Gastos com tanques retirados	(2.477)
Despesa com atualização	3.720
Saldo em 31/12/2012	<u>70.411</u>
Adições (novos tanques)	715
Gastos com tanques retirados	(5.435)
Despesa com atualização	3.970
Saldo em 31/12/2013	<u>69.661</u>
Circulante	3.449
Não circulante	66.212

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Programa de fidelidade Km de Vantagens	12.816	13.545	15.983
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i>	<u>14.049</u>	<u>14.362</u>	<u>12.472</u>
	<u>26.865</u>	<u>27.907</u>	<u>28.455</u>
Circulante	17.731	18.054	19.731
Não circulante	9.134	9.853	8.724

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência *am/pm* e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 544.383.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2013 estavam em circulação no exterior 34.314.797 ações ordinárias na forma de ADRs (35.425.099 em 31 de dezembro de 2012).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 2013, não houve recompra de ações.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, 7.971.556 ações ordinárias eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

O preço das ações de emissão da Sociedade em 31 de dezembro de 2013 na BM&FBOVESPA era de R\$ 55,95.

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 17,44 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.371.533, R\$ 1.950.707 e R\$ 1.608.465 em 31 de dezembro 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012, respectivamente.

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora é demonstrada conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 1 de janeiro de 2012	193	(4.629)	(4.436)	(4.426)
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	17.047
Variação de valor justo	(170)	-	(170)	-
Perda atuarial em benefício pós-emprego	-	(12.135)	(12.135)	-
IR e CS sobre perda atuarial	-	4.126	4.126	-
Em 31 de dezembro de 2012	23	(12.638)	(12.615)	12.621
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	25.455
Variação de valor justo	(18)	-	(18)	-
Ganho atuarial em benefício pós-emprego	-	27.365	27.365	-
IR e CS sobre perda atuarial	-	(9.304)	(9.304)	-
Em 31 de dezembro de 2013	5	5.423	5.428	38.076

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 1 de janeiro de 2012, no montante de R\$ 273.453 (R\$ 0,51 – cinquenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2012 e pagos em 2 de março de 2012. A antecipação dos dividendos de 2012, no montante de R\$ 273.392 (R\$ 0,51 – cinquenta e um centavos de Real por ação), foi paga a partir de 17 de agosto de 2012. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 354.032 (R\$ 0,66 – sessenta e seis centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2013 e pagos em 8 de março de 2013. Em 31 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2013, no montante de R\$ 354.032 (R\$ 0,66 – sessenta e seis centavos de Real por ação), pagos a partir de 16 de agosto de 2013.

A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2013
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.225.143
Reserva legal	<u>(61.257)</u>
Lucro líquido do exercício após reserva legal	1.163.886
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	581.943
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,66 por ação	<u>(354.032)</u>
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	227.911
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>161.584</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,71 por ação	<u>389.495</u>
Reserva estatutária para investimentos	<u>420.359</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Informações por segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiteno) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	3.982.300	3.847.087
Ipiranga	53.384.116	46.829.423
Oxitenó	3.277.839	2.928.850
Ultracargo	332.070	293.589
Outros ⁽¹⁾	37.146	47.610
Vendas entre segmentos	(73.225)	(77.633)
Total	<u>60.940.246</u>	<u>53.868.926</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.300	1.245
Ipiranga	-	-
Oxitenó	871	-
Ultracargo	33.940	29.005
Outros ⁽¹⁾	37.114	47.383
Total	<u>73.225</u>	<u>77.633</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.981.000	3.845.842
Ipiranga	53.384.116	46.829.423
Oxitenó	3.276.968	2.928.850
Ultracargo	298.130	264.584
Outros ⁽¹⁾	32	227
Total	<u>60.940.246</u>	<u>53.868.926</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	147.034	114.282
Ipiranga	1.574.677	1.254.445
Oxitenó	308.589	228.785
Ultracargo	108.865	105.462
Outros ⁽¹⁾	4.868	4.916
Total	<u>2.144.033</u>	<u>1.707.890</u>
Receitas financeiras	240.562	208.155
Despesas financeiras	(578.167)	(478.478)
Equivalência patrimonial	(4.993)	10.480
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.801.435</u>	<u>1.448.047</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2013	31/12/2012
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	179.862	175.619
Ipiranga	836.176	961.637
Oxitenó	141.122	120.331
Ultracargo	38.905	87.432
Outros ⁽¹⁾	15.636	14.780
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.211.701	1.359.799
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(715)	(1.664)
Juros capitalizados	(6.835)	(9.355)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.204.151	1.348.780

	31/12/2013	31/12/2012
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	133.489	131.441
Ipiranga	454.156	390.748
Oxitenó	131.857	123.142
Ultracargo	47.349	36.565
Outros ⁽¹⁾	12.086	11.183
Total	778.937	693.079

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos totais:			
Ultragaz	2.502.590	2.302.009	1.869.775
Ipiranga	8.077.204	7.619.164	6.628.865
Oxitenó	4.030.122	3.532.076	3.456.611
Ultracargo	1.320.344	1.330.569	1.068.452
Outros ⁽¹⁾	448.285	465.736	673.998
Total	16.378.545	15.249.554	13.697.701

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar, Serma e Imaven Imóveis Ltda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
México	85.610	46.248	30.853
Venezuela	24.834	22.418	17.021
Uruguai	50.304	43.769	-
Estados Unidos	109.451	48.922	-

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México, na Venezuela e, a partir de 1 de novembro de 2012, no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida das vendas:		
Brasil	59.963.359	52.999.338
México	134.241	124.206
Venezuela	207.008	142.900
Outros países da América Latina	332.738	320.574
Estados Unidos e Canadá	136.666	137.228
Extremo Oriente	45.808	39.206
Europa	73.624	57.294
Outros	46.802	48.180
Total	<u>60.940.246</u>	<u>53.868.926</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiten.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	457,2	363,7	303,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	156,0	163,2	134,9
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	443,4	300,4	115,3
	<u>1.056,6</u>	<u>827,3</u>	<u>554,0</u>
Passivos em moeda estrangeira			
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.294,9)	(1.197,5)	(873,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(45,3)	(21,5)	(2,8)
	<u>(1.340,2)</u>	<u>(1.219,0)</u>	<u>(876,4)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>427,1</u>	<u>499,9</u>	<u>348,5</u>
Posição líquida ativa – total	143,5	108,2	26,1

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição de R\$ 143,5 milhões ativa em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(3,9)	(9,8)	(19,6)
(2) Efeito no patrimônio líquido		18,2	45,6	91,3
(1) + (2)	Efeito	14,3	35,8	71,7
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	3,9	9,8	19,6
(4) Efeito no patrimônio líquido		(18,2)	(45,6)	(91,3)
(3) + (4)	Efeito	(14,3)	(35,8)	(71,7)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior (vide nota explicativa nº 2.r).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
CDI				
Equivalentes de caixa	4	2.051,1	1.912,2	1.643,0
Aplicações financeiras	4	747,3	641,0	541,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	112,3	21,1	24,5
Financiamentos e debêntures	14	(3.862,0)	(2.117,1)	(1.301,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	(452,5)	(495,5)	(367,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	22	(854,6)	(1.796,7)	(2.152,5)
Posição líquida passiva em CDI		(2.258,4)	(1.835,0)	(1.613,5)
TJLP				
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(640,5)	(701,8)	(938,6)
Posição líquida passiva em TJLP		(640,5)	(701,8)	(938,6)
LIBOR				
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	22	329,7	286,0	111,8
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(374,4)	(322,3)	(111,9)
Posição líquida passiva em LIBOR		(44,7)	(36,3)	(0,1)
TIE				
Empréstimos e financiamentos – TIE	14	(31,2)	(25,3)	(28,5)
Posição líquida passiva em TIE		(31,2)	(25,3)	(28,5)
Posição líquida passiva total		(2.974,8)	(2.598,4)	(2.580,7)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2013, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

<u>em milhões de Reais</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	18,9	47,2	94,5
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,4	0,8
Efeito nos juros da dívida	Elevação CDI	(26,1)	(65,4)	(130,7)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(12,4)	(31,3)	(62,4)
Despesa incremental		<u>(19,4)</u>	<u>(49,1)</u>	<u>(97,8)</u>
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(3,4)	(8,4)	(16,8)
Despesa incremental		<u>(3,4)</u>	<u>(8,4)</u>	<u>(16,8)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,1	0,3	0,5
Efeito nos juros da dívida	Elevação LIBOR	(0,1)	(0,3)	(0,6)
Despesa incremental		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(0,1)</u>
Efeito nos juros da dívida	Elevação TIIIE	(0,1)	(0,3)	(0,6)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,6)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ipiranga	121.205	111.789	101.318
Ultragaz	20.793	13.755	13.107
Oxiteno	2.569	2.647	1.415
Ultracargo	2.513	625	614
Total	<u>147.080</u>	<u>128.816</u>	<u>116.454</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.056,9 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2014 totaliza R\$ 1.484,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.425,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2013 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre					
financiamentos (1) (2)	8.686,9	2.056,9	3.939,8	977,0	1.713,2
Instrumentos de proteção (3)	38,9	19,3	19,6	-	-
Fornecedores	969,0	969,0	-	-	-

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 12,0%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 2,50 em 2014, R\$ 2,72 em 2015, R\$ 3,00 em 2016, R\$ 3,29 em 2017 e R\$ 3,57 em 2018 (iii) TJLP de 5,0% e (iv) IGP-M de 6,4% em 2014, 5,4% em 2015, 5,4% em 2016, 5,4% em 2017 e 5,4% em 2018 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2013, e na curva futura de LIBOR (BBA – *British Bankers Association*) em 31 de dezembro de 2013. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<u>Contraparte</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nacional)¹</u>			<u>Valor justo</u>			<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>
			31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	
<u>Instrumentos de proteção</u>						R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos										
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Citibank, HSBC, Itaú, JP Morgan, Santander	jan/2014 a abr/2017	US\$ 140,0	US\$ 140,0	US\$ 60,0	329,7	286,0	111,8	329,7	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ 87,4	US\$ 111,3	US\$ 138,9	212,8	234,7	261,5	212,8	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (227,4)	US\$ (251,3)	US\$ (198,9)	(452,5)	(495,6)	(367,9)	-	452,5
Resultado acumulado			-	-	-	90,0	25,1	5,4	542,5	452,5
b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM										
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, HSBC, Itaú	jan/2014 a fev/2014	US\$ 48,1	US\$ 10,2	US\$ 13,3	112,3	21,1	24,5	112,3	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ (48,1)	US\$ (10,2)	US\$ (13,3)	(115,4)	(20,8)	(24,8)	-	115,4
Resultado acumulado			-	-	-	(3,1)	0,3	(0,3)	112,3	115,4
c – Swap de juros em Reais										
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mai/2014 a ago/2016	R\$ 627,5	R\$ 1.400,0	R\$ 1.809,5	937,0	1.958,9	2.229,4	937,0	-
Passivo em taxa de juros CDI	Banco do Brasil, Itaú		R\$ (627,5)	R\$ (1.400,0)	R\$ (1.809,5)	(854,6)	(1.796,7)	(2.152,5)	-	854,6
Resultado acumulado			-	-	-	82,4	162,2	76,9	937,0	854,6
Resultado acumulado total bruto						169,3	187,6	82,0	1.591,8	1.422,5
Imposto de renda						(24,3)	(18,2)	(10,7)	(24,3)	-
Resultado acumulado total líquido						145,0	169,4	71,3	1.567,5	1.422,5
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)						151,6	179,1	93,4		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)						(6,6)	(9,7)	(22,1)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2013, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 227,4 milhões de principal com posição passiva, na média a 103,5% do CDI, sendo US\$ 87,4 milhões, com posição ativa a US\$ + 4,19% a.a. e US\$ 140,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,0% a.a.

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2013, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 13,1 milhões e tinham na média uma posição ativa a 79,3% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 35,0 milhões de principal com posição ativa a 95,1% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de dezembro de 2013 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 627,5 milhões de valor *nominal*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 12,0% a.a. e passiva a 98,8% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2013 os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 627,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2013 uma despesa de R\$ 18,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 69,9 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 131,7 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 98,8% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 80,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2013, uma receita de R\$ 15,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 2,7 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 26,1 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Em 31 de dezembro de 2013 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior totalizavam US\$ 35 milhões de valor *nocional* referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, sendo reconhecida no resultado em 2013 uma despesa de R\$ 1,7 milhão. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	31/12/2013	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(26,9)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(4,8)	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	51,9	-
Total	20,2	-

	31/12/2012	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(7,1)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos	(0,4)	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	64,4	-
Total	56,9	-

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e de 1 de janeiro de 2012 estão demonstrados a seguir:

			31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Categoria	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:								
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	224.926	224.926	79.652	79.652	107.317	107.317
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	4	2.051.143	2.051.143	1.912.217	1.912.217	1.643.013	1.643.013
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	4	-	-	29.245	29.245	15.176	15.176
Aplicações financeiras								
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	736.638	736.638	630.404	630.404	534.094	534.094
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618	7.193	7.193
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	368.781	368.781	290.636	290.636	259.091	259.091
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	4	151.594	151.594	179.056	179.056	93.403	93.403
Total			3.543.700	3.543.700	3.131.828	3.131.828	2.659.287	2.659.287
Passivos financeiros:								
Financiamentos	Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.118.281	1.118.281	2.107.646	2.107.646	2.208.109	2.208.109
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.340.967	4.373.680	2.607.375	2.683.319	2.265.792	2.304.651
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	1.459.412	1.456.282	1.448.219	1.450.300	1.002.451	1.001.121
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	44.391	44.391	42.913	42.913	43.653	43.653
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	14	6.575	6.575	9.699	9.699	22.089	22.089
Total			6.969.626	6.999.209	6.215.852	6.293.877	5.542.094	5.579.623

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e de 1 de janeiro de 2012. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensurados a valor justo através do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14) e (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	4	2.051.143	2.051.143	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	736.638	736.638	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	368.781	-	368.781	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	4	151.594	-	151.594	-
Total			3.308.156	2.787.781	520.375	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.118.281	-	1.118.281	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	14	6.575	-	6.575	-
Total			1.124.856	-	1.124.856	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	4	1.912.217	1.912.217	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	4	29.245	29.245	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	630.404	630.404	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	290.636	84.872	205.764	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	4	179.056	-	179.056	-
Total			3.041.558	2.656.738	384.820	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo através do resultado	14	2.107.646	-	2.107.646	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	14	9.699	-	9.699	-
Total			2.117.345	-	2.117.345	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	01/01/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Equivalentes de caixa					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo através do resultado	1.643.013	1.643.013	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo através do resultado	15.176	15.176	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	534.094	534.094	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	259.091	-	259.091	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	93.403	-	93.403	-
Total		<u>2.544.777</u>	<u>2.192.283</u>	<u>352.494</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo através do resultado	2.208.109	-	2.208.109	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo através do resultado	22.089	-	22.089	-
Total		<u>2.230.198</u>	<u>-</u>	<u>2.230.198</u>	<u>-</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2013. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 3,18 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2013, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2013 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação	77.896	230.829	383.763
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	do dólar	(77.889)	(230.828)	(383.767)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>(4)</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do	(373)	7.366	15.105
(4) Margem bruta da Oxiten	dólar	<u>373</u>	<u>(7.366)</u>	<u>(15.105)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2013 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	21.761	44.822
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(21.768)	(44.831)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(9)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, baseada na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/12/2013
IRPJ e CSLL	305.815	37.425	(641)	18.262	360.861
PIS e COFINS	82.938	-	(1.163)	4.737	86.512
ICMS	62.491	752	(33.198)	3.068	33.113
INSS	12.789	123	(7.366)	705	6.251
Cíveis	91.242	11.202	(11.597)	39	90.886
Trabalhistas	44.186	18.359	(3.890)	1.519	60.174
Outras	1.016	150	(30)	87	1.223
Total	600.477	68.011	(57.885)	28.417	639.020
Circulante	49.514				69.306
Não circulante	550.963				569.714

Provisões	Saldo em 01/01/2012	Aquisição do Temmar	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/12/2012
IRPJ e CSLL	256.165	-	33.583	(207)	16.274	305.815
PIS e COFINS	82.612	-	1.176	(5.958)	5.108	82.938
ICMS	73.389	-	1.538	(17.410)	4.974	62.491
INSS	14.305	-	224	(2.637)	897	12.789
Cíveis	81.522	203	15.631	(6.222)	108	91.242
Trabalhistas	44.278	-	8.017	(8.755)	646	44.186
Outras	930	-	90	(67)	63	1.016
Total	553.201	203	60.259	(41.256)	28.070	600.477
Circulante	40.986					49.514
Não circulante	512.215					550.963

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 456.075 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 401.847 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 328.581 em 1 de janeiro de 2012).

b. Processos tributários

Provisões

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 345.513 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 291.483 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 242.058 em 1 de janeiro de 2012) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

A controlada IPP possui provisão para processo de IRPJ e CSLL referente a inconstitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ, no montante de R\$ 19.806 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.120 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 18.413 em 1 de janeiro de 2012).

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 86.306 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 81.622 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 75.636 em 1 de janeiro de 2012). O julgamento destas e de todas as demandas que envolvam tal tema estão suspensas tendo em vista o deferimento de medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 18.

A controlada Oxiteno S.A. aderiu à anistia instituída pelo Decreto nº 58.811/2012 do Estado de São Paulo para quitar débito referente a autuação sofrida sob alegação de crédito indevido de ICMS sobre notas fiscais de retorno simbólico de matérias-primas enviadas para industrialização. O valor provisionado de R\$ 15.364 foi pago em abril de 2013. Da mesma forma, em novembro de 2013 a controlada IPP aderiu à anistia instituída pelo Estado do Pará através do Decreto nº 885/2013 e quitou auto de infração no valor de R\$ 12.596.

A controlada IPP possui provisão relativa a ICMS referente, principalmente, a exigência do tributo sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, no montante de R\$ 19.449 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.499 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 16.021 em 1 de janeiro de 2012).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 113.555 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 104.086 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 94.357 em 1 de janeiro de 2012); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o fisco entende não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 29.565 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 23.901 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 19.313 em 1 de janeiro de 2012); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 25.576 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 23.096 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 25.318 em 1 de janeiro de 2012); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 40.848 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 36.324 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 28.733 em 1 de janeiro de 2012); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), R\$ 17.222 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 16.060 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 14.654 em 1 de janeiro de 2012); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 27.215 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 28.515 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 25.761 em 1 de janeiro de 2012); (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 47.106 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 31.380 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 19.627 em 1 de janeiro de 2012); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 36.398 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 35.032 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 25.277 em 1 de janeiro de 2012); (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 30.726 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 24.662 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 20.340 em 1 de janeiro de 2012); (j) autuações que contemplam diversas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias, dentre elas suposta falta de emissão de documento fiscal, suposta falta de entrega ou entrega com incorreções de relatórios informativos ao fisco, erro no preenchimento de DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros, R\$ 11.806 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 9.416 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 7.926 em 1 de janeiro de 2012); e (k) auto de infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS nas aquisições de óleo lubrificante básico, cujo recolhimento era diferido para o momento da realização da operação subsequente de saída industrializada, relativamente às operações interestaduais (abrangidas pela não incidência constitucional – art. 155, X, ‘b’ da CF), R\$ 10.657 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 9.734 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 8.809 em 1 de janeiro de 2012).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 117.697 (R\$ 81.868 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 78.508 em 1 de janeiro de 2012).

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.197, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. Processos cíveis

Provisões

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 90.886 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 91.242 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 81.522 em 1 de janeiro de 2012).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Processos trabalhistas

Provisões

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 60.174 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 44.186 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 44.278 em 1 de janeiro de 2012) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxitenos Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas demonstrações financeiras em razão de sua natureza contingente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2013, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em toneladas de eteno	<u>195.085</u>	<u>211.060</u>	<u>200.130</u>	<u>214.008</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiten S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem Qpar S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em toneladas de eteno	<u>41.810</u>	<u>39.760</u>	<u>42.201</u>	<u>41.061</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem Qpar S.A. durante os períodos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima de cada negócio é assim demonstrada:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxitenó	US\$ 1.202
Ultraz	R\$ 152
Ipiranga	R\$ 740
Ultracargo	R\$ 550

* em milhões. Moeda conforme indicado.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

Desde março de 2013, são mantidas apólices de responsabilidade civil para diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas e membros do conselho fiscal no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato ou omissão cometido por uma pessoa atuando na qualidade de membro do conselho de administração, diretor executivo da Ultrapar e suas controladas e membro do conselho fiscal ou qualquer reclamação contra tais conselheiros, diretores executivos da Ultrapar e suas controladas e membros do conselho fiscal apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxitenio S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2013	21.990	23.218	-	45.208

As controladas IPP e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2013	a pagar	(60.436)	(189.401)	(115.923)	(365.760)
	a receber	48.846	147.368	93.783	289.997

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2013, foi R\$ 41.013 (R\$ 39.912 em 2012).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2013, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 17.876 (R\$ 15.563 em 2012) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2013 atingiu 6.811 participantes ativos e 113 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação CVM 695/2012.

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Plano de Assistência Médica e Odontológica	32.028	41.535	28.523
Multa FGTS	43.349	44.387	41.625
Gratificação	20.545	23.058	20.263
Seguro de vida	15.374	19.515	18.785
Total	111.296	128.495	109.196
Circulante	11.922	10.035	11.718
Não circulante	99.374	118.460	97.478

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	128.495	109.196
Custo dos serviços correntes	3.075	3.276
Custo dos juros	11.028	10.688
Redução antecipada do plano	-	(1.072)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(27.369)	12.159
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	<u>(3.933)</u>	<u>(5.752)</u>
Saldo final	<u>111.296</u>	<u>128.495</u>

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Plano de Assistência Médica e Odontológica	3.550	2.826
Multa FGTS	5.893	6.310
Gratificação	3.043	3.017
Seguro de vida	<u>1.617</u>	<u>1.811</u>
Total	<u>14.103</u>	<u>13.964</u>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2013 % a.a.	31/12/2012 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	11,79	8,68
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,10	6,59
Taxa de inflação (longo prazo)	5,0	4,5
Taxa de crescimento dos serviços médicos	9,20	8,68

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2013 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Aumento no passivo	Mudança na premissa	Diminuição no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	9.142	diminuição 1,0 p.p.	7.624
Taxa de crescimento salarial	aumento 1,0 p.p.	1.997	diminuição 1,0 p.p.	1.968
Taxa de crescimento dos serviços médicos	aumento 1,0 p.p.	4.068	diminuição 1,0 p.p.	3.409

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de vendas bruta	62.054.471	54.953.576
Receita de serviços prestados bruta	546.159	481.167
Impostos sobre vendas	(1.393.073)	(1.304.850)
Devoluções e abatimentos	(267.714)	(261.085)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	403	118
	<u>60.940.246</u>	<u>53.868.926</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>60.940.246</u>	<u>53.868.926</u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2013	31/12/2012
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	55.158.800	48.869.888
Gastos com pessoal	1.393.115	1.227.930
Frete e armazenagens	975.904	846.638
Depreciação e amortização	778.937	693.079
Propaganda e marketing	156.730	156.174
Serviços prestados por terceiros	169.235	140.419
Aluguel de imóveis e equipamentos	83.311	71.882
Outras despesas	218.042	232.816
	<u>58.934.074</u>	<u>52.238.826</u>
Total	<u>58.934.074</u>	<u>52.238.826</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	56.165.382	49.768.137
Despesas com vendas e comerciais	1.756.376	1.579.589
Despesas gerais e administrativas	1.012.316	891.100
	<u>58.934.074</u>	<u>52.238.826</u>
Total	<u>58.934.074</u>	<u>52.238.826</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 29.052 em 2013 (R\$ 23.683 em 2012).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	31/12/2013	31/12/2012
Merchandising	41.956	37.618
Ações promocionais	28.689	29.871
Programa de fidelidade	28.189	21.620
Multas	(1.957)	(15.634)
Outros	<u>704</u>	<u>659</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>97.581</u>	<u>74.134</u>

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2013 o resultado foi um ganho de R\$ 40.280 (ganho de R\$ 3.656 em 2012) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado. Em 2013 o ganho refere-se principalmente à venda de terrenos e de parte de uma base de armazenagem da Ipiranga.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	120.245	109.211	178.275	146.543
Juros de clientes	-	-	58.182	58.360
Outras receitas	-	-	4.105	3.252
	<u>120.245</u>	<u>109.211</u>	<u>240.562</u>	<u>208.155</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(354.151)	(332.382)
Juros sobre debêntures	(73.471)	(94.353)	(124.908)	(96.968)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(5.816)	(3.871)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(12.811)	(531)	(43.499)	(22.092)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	(1)	-	(40.654)	(12.311)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(13)	212	(9.139)	(10.854)
	<u>(86.296)</u>	<u>(94.672)</u>	<u>(578.167)</u>	<u>(478.478)</u>
Resultado financeiro	<u>33.949</u>	<u>14.539</u>	<u>(337.605)</u>	<u>(270.323)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade possui um plano de remuneração em ações.

Lucro básico por ação	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.225.143</u>	<u>1.019.913</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	534.114	533.993
Lucro básico por ação - R\$	<u>2,2938</u>	<u>1,9100</u>

Lucro diluído por ação	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.225.143</u>	<u>1.019.913</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	536.412	536.171
Lucro diluído por ação - R\$	<u>2,2840</u>	<u>1,9022</u>

Média ponderada das ações (em milhares)	31/12/2013	31/12/2012
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	534.114	533.993
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.298</u>	<u>2.178</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>536.412</u>	<u>536.171</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Eventos subsequentes

Aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma, a incorporação pela Ultrapar da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Como consequência, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações, e R\$ 533.262 como aumento da reserva de capital, valor este que poderá ser ajustado em razão das regras previstas no CPC 15 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderão acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro.

Com a aprovação da incorporação de ações em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada da Ultrapar e os atuais acionistas da empresa tornam-se acionistas de longo prazo da Ultrapar. A associação com a Extrafarma marca o ingresso da Ultrapar no mercado de varejo farmacêutico brasileiro, tornando-se o terceiro negócio de distribuição e varejo especializado da Sociedade.

A Sociedade está preparando o balanço de abertura, apurando o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Para maiores detalhes desta operação, vide Fato Relevante de 30 de setembro de 2013, Fato Relevante de 19 de dezembro de 2013 e Comunicado ao Mercado de 31 de janeiro de 2014.

Renegociação de financiamentos

Em janeiro de 2014, a controlada IPP renegociou empréstimos junto ao Banco do Brasil, que venceriam em 2014, no valor principal total de R\$ 909,5 milhões, alterando seus vencimentos para janeiro de 2017 com taxa pós-fixada de 105,5% do CDI.

Em janeiro de 2014, a controlada Oxiten Overseas renegociou financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, alterando o seu vencimento para janeiro de 2017.

Emissão de debêntures

Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, vencimento final em dezembro de 2018 (pagamento do valor nominal em parcela única no vencimento final) e remuneração de 107,9% do CDI.